



QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: relato de experiência do estágio
supervisionado 2

SOUZA, Dyana Helena; GARCIA, Ana Miriam.

RESUMO: O presente trabalho é um relato do projeto de intervenção do Estágio Supervisionado em Serviço Social 2, que foi realizado em um Centro de Referência, Pesquisa, Capacitação e Atenção à Saúde do Adolescente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Buscou-se compreender a intervenção do serviço social na política de saúde, e sua potencialidade no enfrentamento do racismo. Foi realizada uma oficina em um Grupo de atendimento a adolescentes Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT) em sofrimento psíquico, abordando: os processos de naturalização do racismo no contexto brasileiro, a desmistificação dos estereótipos racistas da identidade da população negra, e fazendo um reconhecimento da diversidade étnico-cultural brasileira. O papel pedagógico do serviço social frente à questão racial ainda é um desafio bem como a potencialidade da profissão de inserir a temática com grupos, indo além da transmissão de meras informações.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Racismo Institucional; Política de Saúde.



1- INTRODUÇÃO

O racismo é entendido como “um conjunto de opiniões pré-concebidas com a função principal de valorizar determinadas diferenças biológicas entre os seres humanos”, pode-se entender que a valorização mencionada leva à “uma espécie de superioridade de acordo com o seu pertencimento racial (CONCEIÇÃO, 2013, p.63)”.

Há uma diferença entre racismo e preconceito. No racismo há uma “concepção de superioridade racial de um grupo em relação a outro (p.63); já o preconceito, “se traduz na construção mental ou afetiva de uma ideia negativa sobre um determinado grupo humano a partir da perspectiva do arcabouço moral do sujeito que julga (p.64)”. O racismo na particularidade brasileira pode ser traduzido na superioridade de brancos sobre negros e indígenas, e o preconceito diz respeito a um julgamento negativo “que resulta em estigmatização e construção de estereótipos (TEIVE, 2006)”.

O Estatuto da Igualdade Racial (2010) definiu a discriminação racial ou étnico-racial como sendo:

[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

O racismo sofrido pela população negra é parte das expressões da questão social e:

Dentre as expressões da “questão social”, as desigualdades sofridas pela população negra na história brasileira apresentam um padrão de dominação e exploração dos negros voltados à acumulação de capital, assegurando a manutenção de privilégios da classe branca dominante (CONCEIÇÃO, 2013. p.65).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 considerou o racismo e a injúria racial como crimes inafiançáveis, como visto no seu art. 5º inciso XLII. O Estatuto da Igualdade Racial foi destinado a “garantir à população negra a efetiva igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. Souza (2015) afirma que apesar de legislações existentes, a afetividade das mesmas é questionável, pois o racismo “a brasileira se dá de forma sutil (p.18)”.

Como o racismo ainda persiste na sociedade brasileira, afinal, nós não somos um país miscigenado? Essa frase é compartilhada em muitos ambientes, porém, podemos dar o nome de mito da democracia racial, que dessa forma compartilha esse pensamento de maneira distorcida e estigmatizadora. O mito da democracia racial utiliza de um discurso da “junção” de vários povos na construção da sociedade brasileira, e por essa justificativa não



haveria racismo no Brasil, pois todos são o “mesmo povo”. Sabemos que o mito da democracia racial mascara a essência racista da sociedade brasileira, que nasceu racista e que ainda fecha os olhos diante da discriminação racial:

O racismo está presente de diversas formas na sociedade brasileira, e não é diferente nas instituições, portanto, é importante entender como o Racismo Institucional se configura no Sistema Único de Saúde (SUS) e como afeta os usuários desse sistema.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009) fez uma análise da situação de saúde da população negra e seus determinantes sociais. Como resultados, mostrou que a população negra faz parte dos piores indicadores referentes à saúde. Como por exemplo, na educação, com a menor média de anos de estudo (IPEA, 2002); referente à pobreza, fazendo parte dos 65% da população pobre e 70% da população extremamente pobre (HENRIQUES, 2003 apud OLIVEIRA & FIGUEIREDO, 2005); o risco de uma pessoa negra morrer é 56% maior que de uma pessoa branca, e se o homem for branco o risco é de 70% Brasil, 2005); as mulheres negras morrem mais de causas maternas, e as crianças negras morrem mais por doenças infecciosas e desnutrição (BRASIL, 2005). Esses dados são apenas alguns que mostram como população negra vivencia iniquidades geradas pelo racismo.

No que se refere à intervenção do serviço social na política de saúde, é necessário compreender as formas de manifestação do racismo e como estas são reproduzidas no SUS. O Serviço Social precisa produzir evidências de como o assistente social no campo da saúde pode inserir a temática da questão racial nas intervenções realizadas, compreendendo-a como expressão da questão social. Como aponta Ramos (2016):

Portanto, para ocorrer uma mudança societária, como pretende o Serviço Social, numa sociedade racializada tal qual o Brasil, é fundamental que ocorram estudos aprofundados acerca da questão racial, sobretudo em relação à branquitude, e comprometido com a luta antirracista. Afinal, não falar sobre o racismo não garante sua superação. É necessário desvelar e assumir a racialização da sociedade brasileira como oriunda da estrutura da branquitude que perpassa toda a história do Brasil, para que assim, entendida como tal, o status de poder atribuído ao branco possa ser um objeto de estudo para a categoria e para as correntes contra-hegemônicas (p.54).

O presente trabalho é um relato de experiência do projeto de intervenção do Estágio Supervisionado em Serviço Social 2, que foi realizado em um Centro de Referência, Pesquisa, Capacitação e Atenção à Saúde do Adolescente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. O objetivo geral do projeto de intervenção realizado foi: Potencializar a dimensão pedagógica do Serviço Social, contribuindo para garantia de direitos objetivando alcançar a equidade racial.



2- METODOLOGIA

A metodologia escolhida para abordagem da temática foram Oficinas, que segundo Afonso e Coutinho (2006) são “um trabalho estruturado, independentemente do número de encontros, focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar em um contexto social (p.67). São uma “prática de intervenção psicossocial, em um contexto pedagógico, clínico, comunitário ou de política social (p.67)”.

As oficinas foram pensadas em três momentos: a) momento inicial, feito por meio de atividades, brincadeiras, ou relaxamento; b) momento intermediário, facilitando a reflexão e elaboração do tema trabalhado, envolvendo: técnicas lúdicas, de sensibilização, compartilhamento de sentimentos e ideias, e uma exposição e análise de informações sobre o tema; e c) sistematização e avaliação do trabalho do dia.

Foram realizadas quatro oficinas no primeiro semestre de 2017, três com adolescentes e uma com pais e cuidadores. Para este trabalho será descrita a primeira oficina que ocorreu em um grupo um de atendimento a adolescentes Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT) em sofrimento psíquico, contendo 10 participantes.

3- RESULTADOS/DISCUSSÃO

A Oficina foi proposta inicialmente por um adolescente negro do grupo, que em conversas individuais mostrou-se interessado pelo projeto de intervenção por já estar envolvido em discussões sobre a temática da questão racial.

No momento inicial, foi discutido o primeiro episódio de uma série americana que aborda a vivência de um grupo de estudantes negros dos Estados Unidos que enfrentam o racismo institucional dentro de uma universidade elitista.

O primeiro episódio da série é a denúncia de uma festa “black face”, que foi feita por alunos brancos de forma a reproduzir estereótipos racistas. De maneira geral, o episódio conta como os estudantes negros e negras reagiram a essa festa racista, e como tomaram posicionamentos de modo a denunciar o racismo na universidade. A série aborda o racismo institucional e a pouca representatividade da população negra nesses espaços, aponta também como os jovens negros e negras têm reagido para o enfrentamento de práticas racistas na sociedade.



No segundo momento da oficina, foi explicada a escolha do episódio com a discussão sobre a prática do “blackface”. Alguns adolescentes não sabiam do significado dessa prática, mas com a explicação, conseguiram associar à prática a personagens de histórias brasileiras, que são em sua maioria representada de maneira estereotipada, dando o exemplo do Sítio do Pica Pau amarelo, obra de Monteiro Lobato.

Os adolescentes apontaram que os personagens negros da obra ocupavam lugares subalternizados e historicamente associados e destinados aos escravos das casas grandes. Destacaram que personagens negros da obra são apresentados de maneira a reforçar os esteriótipos de serem os negros “bonzinhos”.

Na Reflexão e elaboração do tema, foram distribuídos fragmentos de textos abordando as seguintes temáticas:

- Racismo
- Racismo Institucional
- Colonialismo
- Etnocentrismo
- Mito da Democracia racial
- Relativismo cultural.
- Construção social das identidades étnico-raciais

Por meio de fragmentos de textos com as temáticas mencionadas, foi contextualizada a história do Brasil, refletindo sobre o que foi a escravidão, quem eram os povos escravizados e sobre como a cultura eurocêntrica foi imposta como superior.

Por fim, com apoio dos temas abordados na oficina foram sistematizadas as principais ideias discutidas destacando que ainda há o predomínio de informações equivocadas que reforçam os esteriótipos racistas da população negra, e que essas, têm origens na colonização com objetivo de inferiorizar as culturas indígenas e dos povos africanos.

Foi consenso dos participantes da oficina que a sociedade brasileira pouco sabe sobre a verdadeira história dos povos escravizados e dos reflexos da escravidão na atualidade, havendo necessidade de dialogar sobre a temática em outros espaços.

4- CONCLUSÃO

Para construção do projeto de intervenção foi necessário compreender o que é o racismo e como ele ainda é reproduzido na sociedade brasileira mesmo após a abolição da escravatura. O racismo tem efeitos negativos na saúde da população negra, e na vida dos adolescentes a qual o projeto foi direcionado.



Percebeu-se ao longo do Estágio Supervisionado 2 que os adolescentes negros e negras usuários do serviço mesmo sem perceber, trazem relatos de como o racismo tem influenciado em suas vidas em diversos aspectos. A abordagem da questão racial com os adolescentes, pouco tem sido desenvolvida nos grupos e atividades propostas no serviço, mesmo que de maneira transversal.

As ações desenvolvidas nas oficinas foram orientadas pelos princípios do SUS, pelos direitos das crianças e dos adolescentes e em consonância com as atribuições do serviço social, relacionado aos preceitos legais que o norteiam. O Serviço Social enquanto profissão pouco tem estudado a questão racial, sendo destacada uma perspectiva racista da análise classista de diversos autores.

Portando, o papel pedagógico do serviço social frente à questão racial ainda é um desafio bem como a potencialidade da profissão de inserir a temática com grupos, indo além da transmissão de meras informações. Desafio esse, também percebido em outras categorias profissionais da saúde, que ainda têm suas formações centradas no modelo tradicional biomédico. Buscou-se proporcionar um espaço de escuta dos adolescentes, e que a partir desse espaço, o compartilhamento de saberes fosse possível para traçar estratégias de combate ao racismo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L (org). Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Lei/L12288.htm>>. Acesso em 20 jun. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília. CFESS, 2009.

BRASIL. Portaria nº.992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Diário Oficial da União 90 mai 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_integral_populacao_negra.pdf> Acesso em 19 jun. 2017.

Batista, L.E et al. Mortalidade da População Negra Adulta no Brasil. In: Brasil. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Saúde da População Negra no Brasil: contribuições para a equidade. Brasília: Funasa; 2005. p. 237-314.



CONCEIÇÃO, R. M. A questão racial como expressão da questão social: um debate necessário para o serviço social. 2013. 139 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4a ed. Brasília: Ipea; 2011.

RAMOS, D.O. Capítulo 1. A branquitude enquanto estrutura da questão social brasileira. In: A Branquitude como uma estrutura e a Questão Social Negra no Brasil: a análise da produção científica do Serviço Social no ENPESS e CBAS. Monografia de Conclusão de Curso, 2016.

SOUZA, R.S.B. O Plano Juventude Viva sob a perspectiva dos/as gestores/as municipais do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno. 2015. 64 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TEIVE, M. D. L. A Política de Cotas na Universidade de Brasília: desafios para as ações afirmativas e combate às desigualdades raciais. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, UnB, 2006.